

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 70ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Plenário
2.2 – Comissões

3 – PRONUNCIAMENTOS

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/8/2019

Presidência do Deputado Carlos Henrique

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2019; Projetos de Lei nºs 886, 981, 983 e 984/2019; Requerimentos nºs 2.356 a 2.375, 2.377 e 2.378/2019; Requerimento Ordinário nº 345/2019 – Proposições Não Recebidas: Requerimento nº 2.376/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões da Pessoa com Deficiência, de Cultura (2) e de Defesa do Consumidor – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Sargento Rodrigues, Raul Belém, Bartô e Cristiano Silveira – Registro de Presença – Questão de Ordem – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Questão de Ordem – Decisão da Presidência – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 345/2019; deferimento – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Carlos Henrique) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Charles Santos, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Fernando Pacheco, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Custódio Antônio de Mattos, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.667/2019, da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Custódio Antônio de Mattos, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.843/2019, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Custódio Antônio de Mattos, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.848/2019, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.747/2019, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.748/2019, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.749/2019, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.750/2019, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.752/2019, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.755/2019, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.756/2019, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 608/2019, do deputado Professor Irineu. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.725/2019, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.729/2019, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.730/2019, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.732/2019, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.733/2019, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marco Aurélio de Barcelos Silva, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.772/2019, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marco Aurélio de Barcelos Silva, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.776/2019, da Comissão do Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marco Aurélio de Barcelos Silva, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.780/2019, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marco Aurélio de Barcelos Silva, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.782/2019, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marco Aurélio de Barcelos Silva, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.784/2019, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marco Aurélio de Barcelos Silva, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.785/2019, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marco Aurélio de Barcelos Silva, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.811/2019, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 115/2019, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 234/2019, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 344/2019, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 390/2019, do deputado Bosco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.214/2019, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39/2019

Autoriza o livre acesso dos deputados estaduais às repartições públicas para fins relacionados com a atividade parlamentar e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Aos deputados estaduais, no exercício de seu mandato, é assegurado o livre acesso às dependências dos órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional do Estado e dos municípios.

Parágrafo único – O acesso dos deputados estaduais aos órgãos e entidades mencionados no *caput* inclui o direito de investigar, fiscalizar e coletar informações e dados e de fazer solicitações pertinentes ao exercício do mandato.

Art. 2º – Fica assegurado aos deputados estaduais o acesso imediato a documento, expediente, arquivo, materiais, equipamentos e medicamentos, sem prévio aviso.

Parágrafo único – No caso de documento, expediente ou processo classificado como sigiloso ou sob segredo de justiça, na forma da lei, o deputado estadual assinará termo de responsabilidade em que conste que somente poderá utilizar as informações obtidas ou fazer cópias dos referidos documentos para uso em ações judiciais ou representações ao Ministério Público.

Art. 3º – O agente público que dificultar ou impedir o exercício da prerrogativa assegurada por esta emenda à Constituição do Estado ficará sujeito às sanções cíveis, criminais e administrativas cabíveis.

Parágrafo único – A pena para a conduta prevista neste artigo corresponde à prevista para o crime mencionado no art. 319 do Código Penal.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de agosto de 2019.

Professor Irineu – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Cássio Soares – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Douglas Melo – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – João Magalhães – Inácio Franco – João Leite – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Sávio Souza Cruz – Raul Belém – Roberto Andrade – Ulysses Gomes – Tito Torres – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

Justificação: A atividade parlamentar, além de nobre e essencial ao funcionamento das modernas democracias, em nada fica a dever também, em sua relevância pública, àquela desenvolvida pelos Poderes Executivo e Judiciário.

Ocorre que, apesar dos diversos direitos que são assegurados aos deputados estaduais, seja pela Lei Maior, seja pelos regimentos das casas legislativas, nada há no plano normativo que garanta, na prática, o acesso e o trânsito de tais parlamentares nos diversos órgãos públicos, salvo se integrantes de comissão parlamentar de inquérito.

Ora, surge como óbvia a constatação de que tal limitação inibe e obstaculiza a atividade parlamentar em muitos casos, além de impedir a devida transparência da gestão da coisa pública.

Assim, tendo em vista os argumentos expostos e a necessidade de corrigir tal distorção, que inferioriza os parlamentares estaduais na sua atribuição de fiscalizar, contamos com o apoio dos pares para aprovar esta emenda à Constituição do Estado.

– Publicada, vai a proposta à Comissão de Justiça e à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 886/2019

Institui o Dia Estadual da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a ser comemorado anualmente no dia 6 de abril.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de junho de 2019.

Deputado Celinho Sintrocel (PCdoB)

Justificação: A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias instalou-se no Brasil no ano de 1931, e em Minas Gerais, no dia 15 de fevereiro de 1981. De lá para cá, os membros da Igreja têm desenvolvido uma importante função social por onde passam, como por exemplo o programa Mãos que Ajudam, mundialmente reconhecido pelo auxílio e assistência aos mais necessitados, e o Prêmio Valores Familiares.

O Brasil atualmente é o 3º país que habita a maior quantidade de Santos dos Últimos Dias (membros da Igreja), com aproximadamente 1.300.000 pessoas. Sendo assim, tendo em vista os benevolentes trabalhos desenvolvidos ao longo da história da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e a grande quantidade de membros na sociedade mineira, é importante que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais institua o Dia Estadual da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias anualmente no dia 6 de abril, por ser a data em que os membros comemoram o nascimento de Jesus Cristo e a Restauração de A Igreja de Jesus Cristo.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 981/2019

Dispõe sobre a proibição da autoridade de trânsito de rebocar carros com problemas elétricos e mecânicos durante blitzes e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica proibida a autoridade de trânsito, rebocar carros com problemas elétricos e mecânicos durante blitzes.

Art. 2º – Constatada a infração de trânsito que não seja possível sanar no local durante a fiscalização do veículo, a autoridade de trânsito, responsável pela operação, procederá a notificação, que dar-se-á através da contra apresentação de recibo ao condutor, que terá prazo de até 7 dias úteis para apresentar o veículo ao posto do Detran-MG, com as irregularidades sanadas.

Art. 3º – Caso o condutor não compareça no prazo estipulado no *caput* deste artigo, será processada a infração de trânsito, com a devida averbação no Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), da seguinte expressão – ‘Proibida Circulação’.

§ 1º – A retirada da averbação se dará com o comparecimento, a qualquer tempo, do veículo ao posto do Detran-MG, com as irregularidades sanadas, mantendo a multa aplicada, respeitando-se o devido processo legal.

§ 2º – Não haverá incidência de taxa ou qualquer outro custo seja para averbar ou retirar a expressão ‘Proibida Circulação’ do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV).

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de agosto de 2019.

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 983/2019

Altera a Lei nº 14.184, de 31/01/2002, para dispor sobre os efeitos do silêncio da administração no processo administrativo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A Lei nº 14.184, de 31/1/2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 32.

§ 1º – Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, proceder-se-á conforme o disposto no § 1º do art. 48, responsabilizando-se quem der causa ao atraso".

"Art. 48.

§ 1º – Nos processos iniciados mediante requerimento do interessado, o silêncio após o decurso do prazo previsto no caput transferirá a competência para a autoridade imediatamente superior, que decidirá o processo, sempre que a lei não previr efeitos diversos, sem prejuízo da responsabilidade por ter dado causa ao atraso.

§ 2º – No caso do § 1º, a autoridade que deveria ter decidido o processo poderá, a qualquer tempo, antes da decisão da autoridade superior, suprir a omissão.

§ 3º – Quando a decisão depender da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, entidades ou autoridades, o processo seguirá para a próxima fase, sem prejuízo do disposto no § 1º, mas o ato final só será considerado praticado após todas as declarações de vontade exigidas em lei.

§ 4º – Se do impedimento previsto no *caput* deste artigo resultar ônus para o erário público, o servidor ou a autoridade responsável ressarcirá o Estado do prejuízo".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de agosto de 2019.

Deputado Sargento Rodrigues

Justificação: Por considerarmos que este Projeto ataca um dos maiores males da burocracia – no mau sentido da palavra –, e por entendermos que ele encontra um equilíbrio importante entre os direitos do cidadão e a preservação do interesse público, é que agora o apresentamos, esperando contar com o apoio dos pares em sua rápida aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 984/2019

Declara de utilidade pública o Núcleo de Atendimento à Mulher, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Núcleo de Atendimento à Mulher, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de agosto de 2019.

Deputado Bruno Engler (PSL)

Justificação: O Núcleo de Atendimento à Mulher, com sede em Belo Horizonte, é uma entidade sem fins lucrativos que desenvolve, desde novembro de 2017, um trabalho social voltado à defesa da vida, com foco nas gestantes que apresentam risco de aborto. Além disso, as atividades da associação abrangem o atendimento às mulheres com síndrome pós-aborto, que necessitam de assistência psicológica e espiritual. Nesse sentido, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e dos Direitos da Mulher, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.356/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para o pagamento imediato dos valores totais das diárias devidas aos policiais civis empenhados no plantão da Delegacia de Polícia do Município de Patrocínio.

Nº 2.357/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para o pagamento imediato dos valores totais das diárias devidas a 5 policiais militares do 28º Batalhão de Polícia Militar que atuaram em ação de policiamento no Município de Natalândia, de 1º a 5/5/2019, os quais, apesar de terem trabalhado por 4 dias, receberão o equivalente a apenas meia diária; a 25 policiais do referido batalhão que atuaram em ação de policiamento na Romaria de Santo Antônio, no Distrito de Serra das Araras, em Chapada Gaúcha, os quais, apesar de terem trabalhado por 7 dias, receberão apenas o equivalente a uma diária e meia; a 8 policiais militares destacados para policiamento na Expoagro de Bonfinópolis, de 11 a 14/7/2019, os quais, apesar de terem trabalhado por 4 dias, fizeram jus a apenas meia diária; a 5 policiais militares que receberam apenas 1 diária para trabalhar durante 4 dias, de 19 a 21/6/2019, no Município de Buritis; e a 5 policiais que serão destacados para policiamento no Município de Riachinho, os quais receberão o equivalente a apenas meia diária por 5 dias de trabalho.

Nº 2.358/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à edição de ato normativo interno que regule o sistema de diárias pagas aos militares do Estado, para que seja dado tratamento igualitário no pagamento das indenizações.

Nº 2.359/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis e militares lotados nos Municípios de Varginha, Araxá e Passos pelos relevantes serviços prestados à segurança pública e, especialmente, por terem alcançado as melhores posições no índice de redução de criminalidade.

Nº 2.360/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para a retirada de veículos apreendidos que se encontram no pátio desse órgão ou a limpeza do local, no Município de Poços de Caldas, haja vista o temor da população, pois o imóvel já foi incendiado e também acumula focos de dengue devido à água parada no interior dos veículos abandonados.

Nº 2.361/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que seja realizada análise do processo seletivo para agentes de segurança penitenciária em Montes Claros, conforme o Instrumento Convocatório nº 01/2018, da Secretaria de Estado de Administração

Prisional – Seap –, verificando-se a possibilidade de convocação de 117 homens e 39 mulheres para a 11ª Risp, número previsto para essa região, diante da necessidade de completar o efetivo dos presídios.

Nº 2.362/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para aumento do efetivo policial e melhoria da infraestrutura e logística da 9ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Campo Belo.

Nº 2.363/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Sejusp pedido de providências para que sejam solucionadas, o mais brevemente possível, as questões indicadas no documento encaminhado pela equipe técnica do Centro de Internação Provisória Dom Bosco – CEIPDB –, ressaltando-se que a referida equipe técnica solicita, ao final do documento, orientações sobre a regularidade das determinações apresentadas.

Nº 2.364/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para habilitação do Município de Formiga em gestão plena do Sistema Municipal de Saúde.

Nº 2.365/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de providências para habilitação do Município de Muriaé na gestão plena do sistema municipal de saúde.

Nº 2.366/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para revisão da contratualização da Santa Casa de Caridade de Formiga com o Estado, tendo em vista que a referida secretaria aprovou, na Pactuação Programada e Integrada – PPI – com municípios da microrregião, novas autorizações de internação hospitalar.

Nº 2.367/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam convocados todos os candidatos aprovados e classificados no processo seletivo interno para o Curso de Habilitação de Oficiais/Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública, do ano de 2019.

Nº 2.368/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências com vistas à manutenção do Hospital Regional do Sul de Minas, localizado no Município de Varginha.

Nº 2.369/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – pedido de providências com vistas à promoção de programa social que permita o acesso de idosos e pessoas carentes aos serviços prestados nas Termas Antônio Carlos, em Poços de Caldas, haja vista os benefícios dos tratamentos termais para a saúde.

Nº 2.370/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, à Chefia do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais, à Chefia do Gabinete Militar da Polícia Militar de Minas Gerais, ao Comando das Regiões Integradas da Polícia Militar de Minas Gerais, ao Comando dos Batalhões da Polícia Militar de Minas Gerais e ao Comando das Companhias Independentes da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja dado tratamento digno e respeitoso aos policiais militares nas determinações de cumprimento de diligências de segurança pública para reforço do policiamento em outras localidades, especialmente quanto ao pagamento das diárias, e para que os comandantes somente determinem o deslocamento dos policiais militares caso as respectivas diárias já tenham sido pagas, ressaltando-se que não é função dos comandantes de batalhões e de companhias independentes da PMMG realizar arranjos na disponibilização de locais para dormir e para alimentação para os policiais subordinados, mas dever dessas autoridades a disponibilização de local digno e de alimentação adequada aos policiais.

Nº 2.371/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que, de maneira mais célere, sejam solucionadas as denúncias apontadas em documentos

durante a 10ª Reunião Ordinária, que também teve como finalidade debater a suposta ocorrência de irregularidades nos procedimentos administrativos relacionados ao credenciamento de pátios por parte do Detran-MG, por meio da Divisão de Controle de Ciretrans – DCC – e suas circunscrições regionais de trânsito – Ciretrans.

Nº 2.372/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para a convocação, em tempo hábil, de todos os aprovados no certame de que trata o Edital de nº 2/2018, da Polícia Civil, destinado ao preenchimento de vagas para o cargo de escrivão de polícia, conforme o Ofício nº 223, encaminhado à comissão pelo Sindicato dos Escrivães de Polícia de Minas Gerais.

Nº 2.373/2019, do deputado Bruno Engler, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja concedido ao deputado estadual Sargento Rodrigues o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.374/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Subsecretaria de Vigilância e Proteção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências com vistas à adaptação da Resolução nº 6.693, de 2019, da referida secretaria, à realidade dos pequenos e médios comerciantes de carne do Estado.

Nº 2.375/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam convocados todos os candidatos aprovados e classificados no concurso QOS PMMG/2019 – Edital DRH/CRS nº 9/2018, de modo a atender à premente necessidade de efetivo do Hospital da Polícia Militar – Núcleo de Atenção Integral à Saúde, tendo em vista que muitos são os que dependem exclusivamente desse sistema de saúde.

Nº 2.377/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com o escritor e declamador José Maria Pereira pela publicação de 22 livros de poesia, os quais são distribuídos gratuitamente aos leitores de Pedro Leopoldo, para estimular o hábito da leitura. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 2.378/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os 100 maiores devedores de tributos ao Estado, observando-se o prazo de 30 dias, conforme disposto no art. 54, § 2º, da Constituição do Estado, especificando-se em relação a cada devedor o valor total do débito e como ele é constituído, com o detalhamento da dívida principal, o valor dos juros até este momento, o valor da multa arbitrada e o total da dívida ativa de cada um que está sendo objeto de parcelamento ou de litígio administrativo ou judicial; e que sejam as informações consubstanciadas em três listas separadas, referentes aos três últimos exercícios (2018, 2017 e 2016), considerando-se em cada lista a posição de cada empresa no último dia útil de cada ano. (– À Mesa da Assembleia.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 345/2019

Do deputado Mário Henrique Caixa e outros, em que requerem convocação de reunião especial para homenagear o Galo Futebol Americano pela conquista do título brasileiro de futebol americano.

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 2.376/2019

Da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para sejam convocados todos os candidatos aprovados e classificados no concurso público para admissão no Curso de Formação de Oficiais 2019 da Polícia Militar de Minas Gerais, tendo em vista a necessidade de aumento

do efetivo policial no quadro de oficiais da corporação, salientando-se que a nomeação dos excedentes não causará impacto financeiro às contas públicas, uma vez que a maioria dos candidatos já são policiais militares integrantes do quadro de praças da PMMG.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões da Pessoa com Deficiência, de Cultura (2) e de Defesa do Consumidor.

Oradores Inscritos

– Os deputados Sargento Rodrigues, Raul Belém, Bartô e Cristiano Silveira proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Registro de Presença

O presidente – A presidência gostaria de registrar a presença, em Plenário, do ex-presidente, ex-deputado, atual membro e conselheiro do Tribunal de Contas, Doutor Viana. É um prazer tê-lo conosco, Doutor Viana. E também registrar a presença, nas galerias, de alunos do 5º ano do Colégio Glória Andrade, da cidade de Contagem. Sejam bem-vindos sempre a esta Casa do povo.

Questão de Ordem

O deputado Mauro Tramonte – O deputado Carlos Henrique está brilhantemente comandando hoje a nossa Mesa, a presidência. É só para registrar e parabenizar o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pela implantação de uma Apac no Sul de Minas, na cidade de Poços de Caldas. Todo mundo sabe que esse modelo é o modelo que muitas cidades gostariam de ter para ressocializar os seus detentos. A Apac, em qualquer cidade, é de suma importância. Nós temos aqui, além da de Santa Luzia, muitas outras. Então, gostaria de deixar o nosso abraço e o nosso apoio ao Tribunal de Justiça pela autorização para que a Apac funcione na cidade de Poços de Caldas. Outra coisa é a repercussão que está dando na sociedade em si a mudança que nós propusemos sobre a lei de cerol. Nós não podemos deixar de cobrar dos nossos deputados federais e dos nossos senadores para que isso possa virar crime. Tem que ser crime o uso de cerol. Nós não podemos mais tolerar isso. Pessoas estão morrendo e sendo amputadas por causa disso. Não podemos jamais deixar de lutar a favor de lei que possa criminalizar a venda e o uso de cerol. Quero deixar um grande abraço à Escola Glória Andrade, de Contagem. Um abraço a todos vocês. Sejam bem-vindos! A Casa é de vocês mesmo. Venham, quando quiserem, mais vezes e acompanhem como funciona tudo isso aqui, que é muito interessante. Quem sabe vocês um dia também possam se tornar políticos e estar aqui com a gente. Está legal? Um abraço a todos vocês. Obrigado, presidente.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Questão de Ordem

O deputado Bartô – Queria só dar boas-vindas também a todos os alunos da escola e lembrar que o nosso futuro depende de vocês, que têm de estar a par, acompanhando tudo o que está acontecendo e entender que a vida não é brincadeira, que é complicado mesmo e exige muito de cada um de vocês. Mas é só com esforço e determinação que a gente consegue fazer uma vida melhor para todo mundo. Isso está nas mãos de cada um. A gente nunca sabe – dessa turma toda aí – quando vai ter uma pessoa que fará uma grande diferença para o mundo. Então, trabalhem bastante para melhorarem as nossas vidas também. Quero rebater aqui a Beatriz no caso dos concursados, das nomeações. A gente sabe de todas as dificuldades do governo com a questão financeira, do jeito que o

Estado está. Mas, brevemente, teremos ótimas para os nomeados. Pode deixá-los bem animados, porque, se Deus quiser, talvez até a semana que vem ou daqui a duas semanas, possam comemorar uma boa notícia. Obrigado, presidente.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei nº 4.803/2017, do deputado Inácio Franco, ao Projeto de Lei nº 4.160/2017, da deputada Ione Pinheiro, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 8 de agosto de 2019.

Carlos Henrique, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 2.356 a 2.363, 2.367, 2.370 a 2.372 e 2.375/2019, da Comissão de Segurança Pública, 2.364 a 2.366 e 2.368 a 2.369/2019, da Comissão de Saúde, e 2.374/2019, da Comissão de Agropecuária. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões da Pessoa com Deficiência – aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 6/8/2019, do Projeto de Lei nº 658/2019, do deputado João Magalhães, e dos Requerimentos nºs 1.988/2019, do deputado Duarte Bechir, e 2.077/2019, da deputada Delegada Sheila;

de Cultura (2) – aprovação, na 16ª Reunião Ordinária, em 7/8/2019, do Projeto de Lei nº 722/2019, do deputado Professor Cleiton, e dos Requerimentos nºs 1.990 e 2.325/2019, do deputado Léo Portela, 2.169/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, 2.192/2019, do deputado Fernando Pacheco, e 2.327/2019, da deputada Ione Pinheiro; e rejeição, na 8ª Reunião Extraordinária, em 7/8/2019, dos Requerimentos nºs 1.944 a 1.946/2019, da Comissão de Segurança Pública; e

de Defesa do Consumidor – aprovação, na 3ª Reunião Extraordinária, em 7/8/2019, do Requerimento nº 2.306/2019, da Comissão do Trabalho (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 345/2019, do deputado Mário Henrique Caixa e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Galo Futebol Americano pela conquista do título brasileiro de Futebol Americano.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 12, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/7/2019

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Mitre e Coronel Henrique (substituindo o deputado Professor Irineu, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Fernando Pacheco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos

membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o fomento ao turismo de negócios no Polo Moveleiro de Ubá. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Marina Pacheco Simião, superintendente de Gastronomia e Marketing Turístico da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult –, representando o secretário; os Srs. Aureo Calçado Barbosa, presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Mobiliário de Ubá – Intersind; e Edson Teixeira Filho, prefeito de Ubá; e o Ten.-Cel. PM Giovanni do Carmo Ramos, comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar. O presidente, deputado Coronel Henrique, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2019.

Professor Irineu, presidente – Gustavo Mitre – Mauro Tramonte.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/7/2019

Às 9h39min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Coronel Henrique, André Quintão (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL) e Fernando Pacheco (substituindo o deputado Bartô, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidenta acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 236/2019, no 1º turno, do qual avocou a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º Turno, do Projeto de Lei nº 296/2019, na forma do Substitutivo nº 2. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.154, 1.882, 1.989, 2.029, (registra-se, nesse momento a presença do deputado Coronel Sandro) 2.081, 2.083, 2.084 e 2.094/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.470/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a liberação de recursos para a Escola Estadual Dom Otávio de Miranda, no Município de Borda da Mata, destinados à realização de obras previstas em termo de compromisso assinado e homologado;

nº 3.302/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o cumprimento do Termo de Compromisso nº 885034/2018, celebrado com a Escola Estadual Professora Maria Eduarda Versiane Maia, localizada no Município São João da Ponte, que tem por finalidade a realização de obras de reforma e ampliação nessa unidade;

nº 3.303/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a imediata liberação dos recursos financeiros referentes ao Termo de Compromisso nº 885034/2018, celebrado com a Escola Estadual Professora Maria Eduarda Versiane Maia, localizada no Município São João da Ponte, os quais serão utilizados para a realização de obras de reforma e ampliação da referida unidade, que foi construída em 1970 e não passou por nenhuma reforma significativa em suas dependências até hoje;

nº 3.331/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Professora Lígia Maria de Magalhães, no Município de Contagem, para verificar as condições de segurança da comunidade escolar;

nº 3.333/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a professora Márcia Regina de Melo, com a supervisora Lucélia Maria Martins Azzalim, com a diretora Simone Souza Resende Mundim e com os alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Professor Vicente Lopez Perez, localizada no Município de Monte Carmelo, pelas conquistas alcançadas na edição brasileira da Olimpíada Internacional Matemática sem Fronteiras 2019;

nº 3.336/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os desafios da pesquisa e da educação superior estadual em Minas Gerais e as perspectivas de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/2019, que garante os recursos constitucionais para a Fapemig, a Uemg e a Unimontes;

nº 3.360/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da mobilização social para o fortalecimento da educação, bem como apresentar experiências de sucesso de participação da comunidade nas unidades da rede pública de ensino;

nº 3.383/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a forma como o Estado tem conduzido o programa Escola em Tempo Integral, após firmar compromisso, em abril de 2019, pela ampliação do número de vagas disponíveis;

nº 3.384/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja alterado o cronograma das datas contido no Ofício Circular SEE/SB nº 23/2019, emitido pela Subsecretaria de Educação Básica da SEE/MG, de modo que sejam assegurados aos profissionais da educação básica que foram designados para as turmas do EJA e do ensino médio técnico (2018-2019) a possibilidade e o direito de concorrer ao processo de designação para o 2º semestre de 2019, com previsão de início de aulas em 29/7/2019;

nº 3.390/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações aprovados pela comissão;

nº 3.391/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a reabertura de turmas no período noturno com vistas a ofertar a modalidade de educação de jovens e adultos e o Curso Normal de Nível Médio na Escola Estadual Padre João de Santo Antônio, no Município de Santa Luzia;

nº 3.393/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que a Escola Estadual Doutor Joaquim Gomes da Silveira Neto, no Município de Coronel Fabriciano, seja incorporada ao programa Educação Integrada no 2º semestre de 2019.

É recebido pela presidência, submetido a votação e rejeitado o Requerimento nº 3.392/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para inserir no calendário escolar o dia Memória do Combate à Corrupção, a ser comemorado no dia 7 de abril. Em seguida, é aprovado relatório de visita às Escolas Estaduais Felícia Fernandes Campos, Hermelita Soares Horta, Professora Vitiza Octaviano Viana e Visconde do Rio das Velhas, no Município de Matozinhos, realizada em 4/6/2019, que vai publicado após as assinaturas. Registra-se, neste momento, a presença do deputado Bartô. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente – Betão – Professor Cleiton – Coronel Sandro.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Locais visitados: Escolas Estaduais Hermelita Soares Horta, Visconde do Rio das Velhas, Professora Vítiza Octaviano Viana e Felícia Fernandes Campos, no Município de Matozinhos

Apresentação

Atendendo ao Requerimento nº 2.021/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 4/6/2019, as Escolas Estaduais Hermelita Soares Horta, Visconde do Rio das Velhas, Professora Vítiza Octaviano Viana e Felícia Fernandes Campos, localizadas no Município de Matozinhos, com a finalidade de conhecer as instalações, as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para melhorar o atendimento aos alunos.

Participaram da visita o deputado Professor Wendel Mesquita; Rogério França, superintendente, em exercício, da Superintendência Regional de Ensino – SRE – de Sete Lagoas; Cláudio Renato Souza Abreu, diretor educacional da SRE de Sete Lagoas; os Srs. César Antônio Pereira, presidente da Câmara Municipal de Matozinhos, Sidirley Anderson Dias Bento, Antônio Nilson Machado, José Miguel Dias Filho, Walexandre de Paula Martins e Adílson Alves Pereira, vereadores dessa casa legislativa; Salim Salema, vice-prefeito de Pedro Leopoldo; Flávia Lúcia Saturnino, representante do SindUte, subsede de Sete Lagoas; a Sras. Maria Cristina Coca Bárbaro, vice-diretora da Escola Estadual Hermelita Soares Horta; o Sr. Rafael de Sousa Santos e a Sra. Jovelina da Rocha Oliveira, respectivamente diretor e vice-diretora da Escola Estadual Visconde do Rio das Velhas; a Sra. Diva Carvalho Siqueira, diretora da Escola Estadual Professora Vítiza Octaviano Viana; os Srs. Carlos Alexandre da Fonseca, diretor da Escola Estadual Felícia Fernandes Campos; e Marcos Zalem de Jesus, representando o senador Carlos Vianna.

Relato

A visita ocorreu em quatro etapas, cada uma destinada a observar as condições de cada uma das escolas, conforme abaixo descrito. Ressalte-se que boa parte do grupo de autoridades municipais presentes à visita foi constituído por ex-alunos das instituições de ensino, o que conferiu um caráter bastante dinâmico aos diálogos com alunos, funcionários e corpo diretivo das respectivas unidades escolares. Nas escolas que permanecem em funcionamento, o deputado Professor Wendel Mesquita fez explanações sobre o papel do Poder Legislativo em algumas das salas do ensino médio.

Escola Estadual Hermelita Soares Horta

A Escola Estadual Hermelita Soares Horta, no Bairro Bom Jesus, em Matozinhos, está fechada em razão da falta de segurança na estrutura da edificação, bem como da deterioração da rede elétrica, tendo a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros detectado risco iminente de incêndio. O prédio atual, datado de 1986, foi construído com placas de gesso acartonado e papelão, de baixa vida útil (durabilidade de cerca de dez anos, conforme relatado na visita). Por conseguinte, a edificação foi interditada e os 580 alunos foram abrigados, provisoriamente, em prédio no qual já funciona uma escola municipal – Escola Municipal Dona Elza Alves de Oliveira –, localizada em outro bairro. Para isso foi necessário contratar transporte diário para ida e volta dos alunos, o que aumenta os transtornos e os custos.

As turmas transferidas foram alojadas, de forma improvisada, na biblioteca e em outro espaço alternativo da referida escola municipal, acarretando desconforto para alunos e professores de ambas as unidades de ensino, além de impactar negativamente o progresso escolar dos estudantes.

O prédio interditado, por sua vez, encontra-se em condições precárias e muitos são os problemas visíveis, como fiação exposta, buracos nas paredes e tetos, telhas de amianto, mau cheiro na rede de esgoto e piso esburacado. Chama a atenção a existência de um excesso de artefatos de segurança, como grades e cadeados, necessários, segundo a vice-diretora, Maria Cristina Coca Bárbaro, por causa dos recorrentes episódios de invasão e tentativa de furto de equipamentos. A despeito disso tudo, os jardins são bem

cuidados e nota-se o comprometimento da equipe com a qualidade do ensino. Ressalte-se que a escola estadual, apesar de todos esses problemas, tem média no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb – superior às médias de Minas Gerais e do Brasil.

A Escola Estadual Hermelita Soares Horta já abrigou até 800 alunos, atendendo estudantes do ensino fundamental II (6º ao 9º anos), do ensino médio e da educação de jovens e adultos – EJA. A redução do público atendido está relacionada à histórica precariedade da infraestrutura, uma vez que a demanda principal da instituição é pela reconstrução e ampliação das instalações. Para tanto, segundo informou Maria Cristina Bárbaro, o terreno existente ao lado do prédio atual já foi doado ao Estado pelo Município de Matozinhos.

De acordo com a vice-diretora, o repasse dos recursos já oficialmente liberados, cerca de 100 mil reais, vai viabilizar apenas a manutenção de uma situação transitória. Na verdade, segundo reafirmou, o ideal seria não só a realização de obras emergenciais, mas a definitiva reconstrução e ampliação da escola, para que a destinação dos recursos ganhe caráter permanente e a instituição restabeleça sua plena capacidade de atendimento.

Escola Estadual Visconde do Rio das Velhas

Fundada na década de 1930 e mais antiga instituição de ensino de Matozinhos, a Escola Estadual Visconde do Rio das Velhas, localizada no centro da cidade, teve parte de suas instalações (duas salas de aula) interditadas pela Defesa Civil e por isso necessita de intervenções urgentes.

Por razão de segurança, os alunos do 1º e do 3º anos do ensino médio foram precariamente alojados na sala dos professores e em sala de leitura da biblioteca, e os professores no laboratório de ciências, espaços que restaram sem condições de uso original, acarretando prejuízos para o aprendizado dos alunos e para o trabalho docente.

As salas interditadas têm rachaduras do piso ao teto e parecem correr risco iminente de desabamento. Elas ficam localizadas ao lado do refeitório e, se de fato houver desmoronamento, é praticamente certo que o local adjacente será atingido.

Segundo o diretor da Escola Estadual Visconde do Rio das Velhas, Rafael de Sousa Santos, o termo de compromisso para reforma da escola já foi prorrogado sete vezes. No primeiro semestre de 2016, foi feita a última licitação para troca do telhado (que tem causado infiltrações em salas de aula), pintura e recuperação da parte elétrica. Nenhuma das obras previstas pode ser iniciada em razão da não conclusão dos procedimentos, tendo em vista que nenhuma empresa foi considerada apta. De acordo com ele, uma das salas chegou a ter um início de incêndio, em 2018. Além disso, os banheiros existentes são insuficientes para atender os mais de 800 alunos matriculados nos três turnos. Isso talvez seja a razão para o mau cheiro na rede de esgoto, perceptível inclusive no refeitório.

A instituição é uma das destinatárias de recursos do recente programa Mãos à Obra na Escola, anunciado pelo governo do Estado, e deve receber 300 mil reais para essas intervenções emergenciais.

Escola Estadual Professora Vitiza Octaviano Viana

Na Escola Estadual Professora Vitiza Octaviano Viana, o maior problema é a cozinha, que precisa de ampliação. Além disso, deverão ser feitas adaptações para atender às exigências da Vigilância Sanitária e de acessibilidade. Essas são as intervenções imediatas, já previstas. Para tanto, a escola disporá de 300 mil reais de recursos do programa Mãos à Obra na Escola, conforme anunciado pelo governo do Estado, tanto para o acréscimo de área na cozinha e refeitório, como para outras intervenções complementares a essas.

De acordo com a diretora, Diva Carvalho Siqueira, seriam necessários também outros recursos para construir novas salas de aula, de modo a melhorar o atendimento aos 470 alunos, distribuídos em três turnos nos níveis fundamental e médio e na modalidade EJA.

Escola Estadual Felícia Fernandes Campos

Na última escola visitada, Escola Estadual Felícia Fernandes Campos, situada no Distrito de Mocamboeiro, a principal reivindicação da comunidade é a recuperação da quadra esportiva, que não dispõe de cobertura, o que impede a realização de atividades quando chove ou sob sol forte. A quadra também carece de iluminação e apresenta risco, já que as cercas e os equipamentos existentes são antigos e muitos apresentam pontas de vergalhões expostas, com risco de acidentes para os usuários. De acordo com o diretor, Carlos Alexandre da Fonseca, a maior expectativa é poder usar a quadra como espaço de integração entre escola e a comunidade do entorno. Outra demanda relatada é a necessidade de mais carteiras escolares para as salas de aula.

Fundada há 75 anos, foi a segunda escola de Matozinhos e funcionou inicialmente no centro da cidade. Na atual localização, atende cerca de 480 alunos dos ensinos médio e fundamental, além de 26 detentos do presídio de Matozinhos, matriculados na modalidade EJA.

Conclusão

O deputado Professor Wendel Mesquita pôde constatar a real necessidade de intervenções em todas as escolas visitadas, sobretudo as obras emergenciais nas escolas Hermelita Soares Horta e Visconde do Rio das Velhas. Afirmou que a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia cumpriu a finalidade de verificar *in loco* a realidade dessas instituições, de modo a dispor de mais informações para acompanhar os procedimentos necessários para que as obras tenham início e para que o prejuízo escolar dos estudantes, até o fim das intervenções, possa ser minimizado.

Por fim, o parlamentar se colocou à disposição das equipes pedagógicas das instituições de ensino para a realização de encontros e debates com os estudantes por meio do projeto Parlamentar na Escola, iniciativa de seu mandato que tem por objetivo promover a cidadania e incrementar a participação política de alunos de escolas públicas e privadas.

Sala das Comissões, 17 de Julho de 2019.

Deputado Professor Wendel Mesquita, relator.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/8/2019

Às 9h42m, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues e André Quintão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Carlos Francisco Lobato, solicitando o bloqueio de R\$ 500 milhões da Vale para pagamento de indenizações e descrevendo os efeitos da lama sobre o Rio Paraopeba; Márcio Roberto Vale Gomes, gerente-geral da Reframax Engenharia Ltda., em resposta ao Requerimento nº 3.342/2019; Nicolau Neder Pinheiro Damasceno, gerente de fiscalização do CREA-MG, em resposta ao Requerimento nº 1.735/2019; Marcelo Azevedo, advogado da Mineração Ibirité Ltda., em resposta ao Requerimento nº 3.135/2019; da Sra. Nely Aquino presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, solicitando o agendamento de reunião com a CPI da Barragem de Brumadinho, da Assembleia Legislativa, para que a CPI das Barragens, da Câmara Municipal, entregue seu relatório final. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 3.456/2019, dos deputados Gustavo Valadares, André Quintão, Sargento Rodrigues e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja o Sr. Moisés Clemente, funcionário da Vale, convocado para prestar depoimento perante esta comissão na condição de testemunha dos fatos relacionados ao rompimento da Barragem B1, da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019. A presidência, nos

termos do § 4º do art. 131 do Requerimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir, na condição de testemunha, o Sr. Moisés Clemente, funcionário da Vale. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento o Sr. Moisés Clemente. A presidência concede a palavra ao deputado André Quintão, relator, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça suas exposições. Aberto os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2019.

Gustavo Valadares – Sargento Rodrigues – Cássio Soares – Noraldino Júnior – André Quintão.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/8/2019

Às 14h29min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Coronel Henrique e Gil Pereira (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Frank Alves Nunes, superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* de 11/7/2019, e Juliano Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, encaminhando cópia da representação nº 58/2019, que presta apoio aos trabalhos desta Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.373/2019, do deputado Sávio Souza Cruz, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Oliveira para debater os problemas da linha férrea nesse município;

nº 3.463/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública, em município a ser definido, para debater a revitalização da linha férrea entre Barbacena e Santos Dumont.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2019.

João Leite, presidente – Fernando Pacheco – Charles Santos.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/8/2019

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos, Andréia de Jesus e Leninha, membros da supracitada comissão. Estão presente, também, a deputada Laura Serrano e o deputado Sávio Souza Cruz. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a adesão das mulheres à Carta de Apoio à Proposta de Minas para a Reparação das Perdas Advindas da Lei Kandir. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Margarida Salomão, deputada federal, Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais – Affemg –, Ana Flávia Machado, diretora de Cooperação Institucional da UFMG, representando a Sra. Sandra Regina

Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais –UFMG –, Jeanete Mazzeiro, conselheira titular em Minas Gerais do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM –, Ilce Alves Rocha Perdigão, Prefeita da Prefeitura Municipal de Vespasiano; Suzana Almada, Vereadora de Santa Luzia, Carmélia Maria Viana da Rocha, representante do Movimento Popular da Mulher, Jô Moraes, ex-deputada Federal, Bella Gonçalves, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Soraia Vieira de Queiroz, prefeita de Guidoal, e Luciana Leão Lara Luce, subdefensora da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG; e os Srs. Reginaldo Lopes, deputado federal, Weliton Prado, deputado federal, e Onofre Alves Batista Júnior, procurador do Estado e professor de Direito Público com mestrado e doutorado na UFMG. A presidenta, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, suspende os trabalhos. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença das deputadas Marília Campos, Andréia de Jesus e Leninha, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Laura Serrano e os deputados Agostinho Patrus e Sávio Souza Cruz. Em seguida, o presidente, deputado Agostinho Patrus, tece suas considerações iniciais e dá início às assinaturas de adesão à Carta de Minas pelas convidadas presentes. Registra-se a retirada do presidente, deputado Agostinho Patrus. Logo após, a presidenta, deputada Marília Campos, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A seguir, a presidenta comunica o recebimento da Carta de Apoio da Sociedade Civil Organizada à Proposta de Minas para a Reparação das Perdas Advindas da Lei Kandir. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.470/2019, das deputadas Marília Campos, Andréia de Jesus, Leninha, Laura Serrano, Celise Laviola e Delegada Sheila, em que requerem seja formulada manifestação de apoio ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado, ao governador do Estado, ao procurador-geral de Justiça do Estado, ao conselheiro-corregedor do Tribunal de Contas do Estado, ao defensor público-geral do Estado e ao advogado-geral do Estado pela iniciativa de construir uma proposta conjunta, a ser defendida pelo Estado no Supremo Tribunal Federal – STF –, que resultou na Carta de Minas, documento assinado por autoridades e lideranças, para reparação das perdas advindas da Lei Complementar Federal nº 87, de 1996, conhecida como Lei Kandir;

nº 3.471/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que seja intensificada a fiscalização no trânsito, especialmente o cumprimento da Lei Seca, com vistas a evitar graves acidentes, como o ocorrido em Contagem, no dia 13 de julho de 2019, que ocasionou a morte da estudante de enfermagem Camila Mohans, de 25 anos, conforme relatado na 11ª Reunião Ordinária.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2019.

Marília Campos, presidenta.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 12 de agosto de 2019, destinada homenagear a CeasaMinas pelos seus 45 anos de operação.

Palácio da Inconfidência, 9 de agosto de 2019.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus, Celise Laviola, Delegada Sheila e Leninha, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/8/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2019.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho.**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Glaycon Franco e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/8/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, ouvir a Sra. Cristina Malheiros e os Srs. Cesar Grandchmap, Renzo Albieri e Artur Ribeiro Bastos, que, na condição de investigados, prestarão novos depoimentos à comissão, em virtude do avanço das investigações, sobretudo dos depoimentos dos demais investigados e testemunhas; bem como os Srs. Denis Rafael Valentim, funcionário da Tüv Süd, e Marco Antônio Conegundes, funcionário da Vale S.A., também na qualidade de investigados, em atenção às decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça nos Habeas Corpus nºs 516.513 e 521.789.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2019.

Gustavo Valadares, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/8/2019, às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de debater, em audiência pública, a questão do Diário Escolar Digital – DED – na rede estadual de educação.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Mário Henrique Caixa, Coronel Henrique, Elismar Prado e Fábio Avelar de Oliveira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a importância da aprovação de um plano estadual das juventudes, buscar alternativas para a garantia do plano no cenário de restrição orçamentária do Estado, e comemorar a Semana Estadual das Juventudes, que tem como tema “Juventudes e direitos humanos”.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2019.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/8/2019, às 14 horas, em Juiz de Fora, com a finalidade de, em audiência pública, debater a renovação da concessão da malha ferroviária no Município de Juiz de Fora.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2019.

João Leite, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/8/2019**

O deputado Betão* – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, trabalhadores da Assembleia e telespectadores da TV Assembleia. Sr. Presidente, ontem, como o senhor relatou aqui, eu estava respondendo a um deputado, mas fomos interrompidos por falta de energia no Plenário. (– Intervenção fora do microfone). Os deputados estão brincando, inclusive, dizendo que houve um boicote. Para retomar a discussão, um deputado aqui da Assembleia veio à tribuna elogiar a reforma previdenciária que está sendo feita no Congresso Nacional, a mando do governo federal, e atacou gratuitamente o PT. Então, eu me senti no direito de, além de utilizar o art. 164 do Regimento, pedir a palavra para poder rebater as acusações. E vou fazê-lo hoje de forma bastante tranquila, porque é importante lembrar que hoje continuam as discussões, no 2º turno, na Câmara dos Deputados.

O governo federal desembolsou R\$40.000.000,00 para cada deputado que votasse a favor dessa reforma da Previdência que está sendo apresentada. Foram R\$40.000.000,00, num total de R\$5.000.000.000,00 que estão sendo destinados àqueles deputados que estão votando na reforma – R\$5.000.000.000,00. Sacaram R\$2.000.000.000,00 há pouco tempo, e ontem mais R\$3.000.000.000,00 para pagar essas emendas. Ora, eu pergunto, Srs. Deputados e Sra. Deputada, se essa reforma realmente fosse boa, precisariam desembolsar e pagar R\$40.000.000,00 para cada deputado federal que votar a favor da reforma da Previdência? Fico pensando: imaginem os senhores e as senhoras, deputada Marília, se o governador Zema quiser aprovar uma reforma da Previdência aqui, no Estado de Minas Gerais, e der a cada deputado R\$20.000.000,00, R\$30.000.000,00, R\$40.000.000,00 em emendas para ele votar a favor da reforma. Nós chamaríamos isso de quê, senão de uma espécie de compra de votos com emendas parlamentares? Os deputados sabem que essa reforma é prejudicial, os deputados sabem que isso vai custar muito caro nas suas bases eleitorais, então, eles precisam das emendas parlamentares para poderem suprir aquilo que eles vão perder aprovando essa reforma.

E é uma reforma que introduz a idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, com 40 anos de contribuição ininterruptos. Sequer desempregado você pode ficar. É isso que eles estão aprovando. Uma reforma que diminuirá a pensão por morte do cônjuge para metade do salário. É esse tipo de reforma que eles estão aprovando, uma reforma que está sendo feita sem debate. Os deputados estão votando qualquer coisa a mando de alguém, e esse alguém são os banqueiros, que têm interesse nessa reforma da Previdência, os grandes acionistas. Uma reforma que não acabará com privilégio de ninguém, porque os congressistas têm fundo de previdência próprio, os juízes têm fundo de previdência próprio, categorias que ganham próximo ao teto, como é o salário do presidente, têm fundo de previdência próprio. Isso aqui mexerá só com os assalariados do INSS, atacará a população mais pobre. É de lá que eles querem tirar os recursos. E com uma propaganda em que contratam grandes artistas, que recebem milhões e milhões de reais por ano para fazer uma propaganda dessa reforma da Previdência.

E os banqueiros ainda têm interesse, porque a capitalização individual, que foi retirada, retornará em breve para discussão entre os congressistas. E é aquela discussão que nós já fizemos aqui várias vezes sobre acabar com a Previdência pública solidária, de repartição entre gerações, para aplicar uma caderneta de poupança individual para cada trabalhador, para fazer com que os salários

diminuem ainda mais quando forem se aposentar. Aliás, essa proposta que está sendo aprovada prevê uma redução drástica no salário, porque agora será contabilizado sobre toda a média salarial do trabalhador, desde a sua juventude, quando ele começa a trabalhar, por exemplo, como *office-boy*, como nós temos aqui na Assembleia Legislativa, até alcançar o seu emprego em que ganha maiores salários. A perspectiva é que, quando ele se aposentar, receberá em torno de 60% do que recebia. Essa é a proposta da Previdência.

Eu não acredito como alguém, em sã e boa consciência, pode vir aqui fazer esse tipo de defesa. Ou está mal informado ou está concordando com esse disparate a favor dos banqueiros. Então é uma verdadeira bagunça que está sendo feita na Previdência, cheia de distorções que ainda serão descobertas ao longo do tempo. Há setores de trabalhadores que terão que trabalhar mais do que outros, porque... Não estou fazendo grandes observações. Está sendo feito tudo a toque de caixa lá na Câmara Federal. E não era de se esperar outra coisa, porque o governo Bolsonaro é um governo que foi eleito para atender o mercado financeiro, é absolutamente submisso aos interesses dos Estados Unidos, um país que está quebrado. Os Estados Unidos estão quebrados. Ele devia US\$5.000.000.000,00, em 2008, uma dívida pública; e agora passou para US\$15.000.000.000,00. E ele arrasta tudo que está ao seu redor, a América Latina e outros países, nessa quebradeira, porque é o que aquele país que exerce influência sobre boa parte do mundo está enfrentando. Um império, quando desmonta, carrega – é assim que diz história –, leva tudo ao seu redor com ele quando ainda quer manter os seus interesses.

Por isso é importante – como dizia a deputada aqui, ontem – as manifestações do dia 13 de agosto, agora. E eu faço coro com a deputada Beatriz, que lembrou isso. Também estamos convocando, para o dia 13 de agosto, a grande manifestação contra essa reforma da Previdência e contra os cortes na educação. Nós tivemos mais R\$1.200.000,00 de contingenciados.

O governo, ontem, liberou R\$3.000.000.000,00 para os deputados federais que votaram a favor da reforma da Previdência, deputado Virgílio, e R\$1.200.000.000,00 contingenciados na educação a mais. E liberou R\$3.000.000.000,00 para os deputados federais.

Eu não preciso, aqui, ficar falando sobre a diarreia cerebral do presidente da República. Essas questões vão aparecendo todo dia, e nós temos coisas mais importantes para tratar. Eu poderia discorrer, aqui, sobre o nepotismo explícito que o presidente da República está querendo fazer, colocando o filho como embaixador dos EUA, o que passou um tempo lá fritando hambúrguer. Eu imagino, deputado, se fosse o Lula querendo emplacar o filho dele como embaixador dos EUA, o que essa burguesia ia falar, a elite econômica deste país, mas, como a elite está aguardando a reforma da Previdência, eles estão tolerando, estão deixando ele fazer o que quer.

Eu sei que há muitos deputados que estão confusos, assustados com essa situação. A cada dia são reveladas novas conversas entre o procurador e o juiz, em tabelinha para condenar o Lula. A cada dia saem novas conversas. Hoje, inclusive, o jornal *El País* se tornou mais um jornal que se associou ao *The Intercept*, porque verificou que as mensagens são verdadeiras. Aliás, o próprio Moro já falou que as mensagens são verdadeiras. Esse episódio dos *hackers* de Araraquara o colocou em uma confusão maior ainda. Mas é preciso tirar esse orgulho da frente, meus amigos. O País está indo para o buraco de forma acelerada, tão acelerada quanto o desmatamento da Amazônia. Eu quero cumprimentar, inclusive, a deputada Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos, pelas congratulações ao Glenn Greenwald. Eu não estava aqui no dia, não pude fazer, mas votaria, porque são importantes as conversas que estão sendo vazadas, e que colocam, por exemplo, Deltan Dallagnol em situação cada vez mais difícil, aquele do PowerPoint, que não tinha prova, mas tinha convicção.

Então, Sr. Presidente... Aliás, há um projeto que foi apresentado agora, o Future-se, que, na verdade, as pessoas estão dizendo que chama Fatura-se, deputado Professor Cleiton, que destrói as universidades públicas. Eles vão transformar as universidades em organizações sociais para captar dinheiro junto a empresas. Então, Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, quero fazer essas colocações, porque estamos vivendo um quadro muito sério, aqui no Brasil, e acho que as pessoas deveriam se debruçar mais, principalmente os políticos, sobre essas situações que estamos vivendo e procurar ajudar a resolver, seja a pessoa de

esquerda, seja a pessoa de direita, seja uma pessoa de centro, mas tem que tomar pé da situação. É muito grave a situação que estamos vivendo em nosso país.

Por isso, deixo aqui mais uma vez o reforço para que a população se mobilize, principalmente os trabalhadores e as trabalhadoras, que vão ser os mais prejudicados com a reforma da Previdência e com uma nova legislação trabalhista, pior ainda do que a feita pelo Temer. A Medida Provisória nº 881, por exemplo, libera o trabalho aos domingos. Então, as pessoas precisam se mobilizar e participar das grandes manifestações que vão ocorrer no dia 13 de agosto.

Sr. Deputado, presidente, agradeço a tolerância. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Zé Reis* – Nobre presidente, senhoras e senhores colegas aqui presentes, é um prazer imenso retornar a esta tribuna. Venho de lá das barrancas do Velho Chico, extremo Norte de Minas, trazendo, mais uma vez, um abraço daquela gente e, da mesma forma, externando o nosso descontentamento pelas agruras vividas, principalmente com as últimas notícias. Entre elas, a primeira, notícia de capa, é o fechamento de inúmeros cartórios no Estado de Minas Gerais, especialmente na nossa região.

A segunda, não menos trágica, é o sumiço, Sr. Presidente, da BR-030, criada há mais de 50 anos, para a interligação de todo o Nordeste com o Centro-Oeste e o Distrito Federal, que, simplesmente, do dia para a noite, desapareceu dos quadros viários do Estado de Minas Gerais, indo para outro estado.

Quero aqui, ainda em tempo, externar o meu agradecimento a todos os participantes das cidades de Bonito de Minas e Cônego Marinho, no término, na data de ontem, dos festejos do Senhor Bom Jesus, onde tive oportunidade de estar nesse final de semana, ganhando um abraço e levando também o meu abraço. Quero deixar a todos que nos ouvem, neste momento, a todos desses dois municípios os meus parabéns pela organização dos festejos, a todos os devotos e a todas as pessoas ali envolvidas. Mas, trago também a minha indignação quanto à BR-030.

Para quem não conhece o traçado original, a BR-030 sai do Porto de Ilhéus, vem pelo Estado da Bahia até o entroncamento da cidade de Juvenília, na divisa com o Estado da Bahia. Percorre Juvenília adentro até o Município de Montalvânia, seguindo na área rural dos Municípios de Bonito de Minas e Januária até o nosso Município de Chapada Gaúcha, um dos maiores produtores de sementes do Estado de Minas Gerais. Dali, Formoso e, automaticamente, Distrito Federal. Pasmem, é uma BR que há tempos vimos lutando para que pudesse ser de fato transformada em BR, na prática, ou seja, um sonho do seu antigo fundador, desde sua criação, Antônio Montalvão, fundador da cidade de Montalvânia, com o nosso patrono Juscelino Kubitschek, naquela ocasião presidente. E essa BR, simplesmente, da noite para o dia, desapareceu de uma região que já não é tão reconhecida no trato, no investimento do poder público. E ainda nos tiram o que nos é de pertencimento. Desde 2017, vasculhamos a responsabilidade do órgão que efetivamente iria assumir as suas melhorias. Agora, depois de inúmeras cobranças, inclusive com os nossos parceiros, como o Fred do Rally, lá em Montalvânia, com uma cobrança dedicada do ex-prefeito de Chapada Gaúcha, Léo Vicente Bolacha, e do Valter e de tantos outros, o Dnit, órgão federal, por meio da sua diretoria-geral, nos respondeu, informando que, por meio da Portaria nº 6.257, de 6/12/2018, no apagar das luzes, excluiu o traçado da BR-030 do Estado de Minas Gerais, levando-a, automaticamente, para o Estado da Bahia. Lá, dentro das coincidências de outras rodovias já pavimentadas no Estado da Bahia, ela coincide com um longo trecho da BR-020, que é um grande entroncamento entre o Nordeste e o Centro-Oeste, entre Brasília e o Nordeste. Ou seja, aonde já tem asfalto estão levando uma BR que não têm como asfaltar, coisa que deveria estar no Estado de Minas Gerais, levando desenvolvimento e condições de trafegabilidade, levando a importância de um polo, que é o Norte de Minas, que concentra em sua região o maior projeto da América Latina de fruticultura, que tem a sua produção de soja e de capim exportada, fornecendo Brasil afora... E nos levam, mais uma vez, essa oportunidade.

Diante desses fatos, a conclusão a que se chega é que consumiram mais uma rodovia, é que, mais uma vez, age-se na calada, prejudicando o Norte de Minas, eliminando nossas possibilidades de combater, de sermos competitivos de igual para igual,

pois não se justifica, em pleno mês de dezembro, sermos surpreendidos com um impacto no desenvolvimento. Não se justifica, em plena calada da noite, sermos surpreendidos por uma atitude tão drástica. Isso não podemos tolerar, Sr. Presidente. Devolvam-nos a nossa BR-030. Esse traçado é um traçado do desenvolvimento regional.

Por isso, conclamo esta Casa, conclamo cada parlamentar aqui presente, conclamo a nossa bancada federal, com os nossos 53 deputados federais, conclamo os nossos três senadores da República e, da mesma forma, o presidente da República e o Sr. governador Romeu Zema, para que possamos revogar, de imediato e urgentemente, essa tal Portaria nº 6.257, de 6/12/2018, e que possamos restabelecer o quadro de oportunidades, o quadro da nossa oportunidade do Norte de Minas. Eu sei que poderei contar com a dedicada bancada do Norte, que está presente. Ali está a nossa querida e dedicada professora Leninha, o nosso querido médico Carlos Pimenta e tantos outros que vi mais cedo aqui, como o Virgílio, o Tadeuzinho, o Arlen Santiago. Vamos juntos, nessa caminhada, restabelecer isso no apagar da história. Afinal de contas, consumir uma BR que corta um estado tão importante é consumir uma história de desenvolvimento, é consumir a nossa própria história dentro de uma região tão necessária e tão importante.

Aproveitando o espaço, presidente, quero aqui adentrar no meu segundo assunto, que tem tirado o sono dos nossos distritos, especialmente da nossa região de Januária, da nossa microrregião no Norte de Minas. Ainda ontem, falei com o bispo D. José, que é o nosso vigário da diocese de Januária, procurado por inúmeros cartórios, justamente na ideia, justamente na busca, justamente na reconquista e no entendimento do porquê do fechamento de quantidade tamanha de cartórios.

Da mesma forma, recebi no gabinete cobrança do ex-vereador Marconde Edson, do Distrito de Ibitirama, e também cobrança do vereador Jerry, lá de Capitânia, com o vereador Tonhão, em relação à extinção do cartório dessas regiões. Há abaixo-assinados sendo feitos. Tudo isso com o simples argumento da extinção dos cartórios para redução de despesas. Isso é muito perigoso. Isso é muito grave porque nós dificultaremos o principal ato da vida civil de um cidadão, que está lá, muitas vezes a 50km, 60km, 80km, 100km de distância da sede do município, que simplesmente não terá, naquela região, não terá naquele distrito, não terá naquela minicidade, lá do Sertão, sequer um ato de registro de nascimento.

Gostaria de conceder aparte aos meus exímios colegas deputada Leninha e o querido deputado Carlos Pimenta.

A deputada Leninha (em aparte)* – Obrigada, deputado Zé Reis. Uma boa tarde aos nobres colegas, à presidência e aos que nos acompanham pela TV Assembleia.

Creio que, quando há algum problema no Norte de Minas, de fato as autoridades locais procuram os deputados do Norte de Minas. Eu também havia recebido do bispo D. José Moreira o informe sobre o fechamento dos cartórios naquela região. Por isso, eu quero compartilhar e fortalecer a sua posição aqui, deputado, porque nós sabemos, de fato, como é deslocar-se de municípios em que as estradas são completamente de terra, de difícil acesso. Como essas famílias já são tão pobres, com o Estado já tão ausente em muitos desses lugares, vão fazer para registrar seus filhos? Como vão fazer o documento de uma terra ou qualquer tipo de autenticação e registro?

Eu estou me lembrando disso, porque outro dia também houve um pronunciamento de um outro deputado que abordava os preços abusivos cobrados pelos cartórios. Quer dizer, é outro tipo de abordagem, mas, ao mesmo tempo, isso reforça que, além de terem que pagar as taxas no cartório, essas famílias vão ter que pagar o seu deslocamento, se conseguirem chegar.

Então, nós não podemos permitir que o Estado, que o Tribunal de Justiça também se ausente desses municípios. Eu queria reforçar isso, pois é uma luta em que todos nós devemos estar juntos. Isso, além da outra má notícia que você deu sobre a BR- 030. É 030, não é?

Eu não sabia dessa! A questão dos cartórios me foi informada. Creio que nós, da bancada, e o deputado Carlos Pimenta, que também está aqui, somos solidários e estaremos juntos, atuando para reverter essa situação e permitir que o serviço de cartório se mantenha mais próximo do cidadão para evitar esse deslocamento e mais custos para um povo que já é tão castigado, para um povo

tão abandonado pelo Estado, a fim de que se mantenha uma estrutura mínima para garantir que o serviço continue naquela localidade. Uma boa tarde! Muito obrigada.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. O senhor está falando de dois assuntos importantes. Primeiro, a mudança... Olhe que incrível: mudaram o trajeto de uma BR, que passava por Minas e que agora está passando só pela Bahia. Acho que isso aí é algo, Zé Reis, que merece uma tomada de posição dos deputados mineiros, porque debaixo desse angu tem osso. Não sei o que está acontecendo. Como você muda o traçado de uma BR que foi feita há tantos anos? Isso mostra a incompetência do governo federal em dar uma resposta, porque é uma BR que vai ligar o litoral brasileiro de Ilhéus até Brasília. Essa é uma BR de integração, passando por Januária, ou melhor, Januária não, passando por Juvenília, passando por Montalvânia. Então, vai integrar toda uma região desassistida. O senhor está de parabéns. A gente vai procurar passar isso a limpo.

Quanto à questão dos cartórios, Zé Reis, eu também recebi ontem uma ligação do prefeito de Buenópolis, o meu amigo Celinho, Célio Santana. Ele me relatou que chegou ao ouvido dele que iam acabar com todos os cartórios do interior, das pequenas cidades, e anexá-los aos cartórios maiores. Ele me falava do cartório de Curimataí, distrito de Buenópolis. Esse cartório data de 1888. Olhe bem! Quantos anos? Mais de um século, um século e tanto. Isso aí não pode acontecer. Acho que, para acabar com cartórios, será preciso mandar um projeto de lei para a Casa. Ninguém acaba com um cartório com uma canetada, não. Acho que a gente deveria levantar o problema. Entendo que, para enfrentar problema, nós temos que provocar. Sugiro a V. Exa. – e assino com V. Exa., com Leninha e com outros deputados – que a gente faça um debate aqui, chamando o Tribunal de Justiça para saber, porque onde há fumaça há fogo. Entendo que, quando eles lançam uma notícia dessa maneira, ainda que seja em forma de boato, é porque querem realmente praticar o ato.

Portanto sugiro a V. Exa. que faça um requerimento – eu assino com o senhor – a fim de trazermos esse assunto para a Comissão de Assuntos Municipais. Vamos discuti-lo com o Tribunal de Justiça e com as pessoas que podem nos dar informações mais detalhadas e mais seguras e tomar providências antes que o fato aconteça. Depois que o fato acontece, não adianta chorar. Está como a nossa BR lá, a Eco135. Nós dormimos no ponto. Eles fizeram as audiências às escondidas e promoveram a privatização. Depois não adiantou a gente fazer nada. Com os cartórios é a mesma coisa. Então, nós temos que tomar providências. Vamos discutir isso aí. Peça a outros deputados de outras regiões que também entrem no processo, porque não é só para a nossa região mas também para todas as regiões.

O senhor está de parabéns. Conte comigo! Não à extinção dos cartórios que atendem o povo na zona rural, lá na roça. Trazer isso aí para juntar com os grandões, não, não e não.

O deputado Zé Reis* – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta, pelas colocações. Ele é um árduo defensor dos pedágios, do nivelamento dos valores do pedágio da BR-135 que nos pegou de surpresa. É um dos valores mais caros de pedágio no Brasil. Agora, estamos recebendo a segunda punição: a de nos consumirem outra BR, diminuindo o desenvolvimento da nossa região.

Quanto à questão cartorial, aqui novamente quero conchamar, encarecidamente a todos os presentes e, principalmente, ao nosso presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o Sr. Nelson Missias de Moraes, desembargador, que intercedam e evitem uma atrocidade desse tamanho com toda a nossa população dos distritos regionais, das nossas pequenas cidades pelos rincões do Estado de Minas Gerais.

Carlos Pimenta, com certeza, discutiremos logo em breve toda essa problemática para encontrarmos uma solução perante o Estado. Embora falemos em Estado mínimo, embora seja um novo momento do Novo, do governador Zema, precisamos ter os limites do Estado mínimo, permitindo que o cidadão, lá na ponta, exerça, tenha condições de exercer sua cidadania. Muito obrigado, presidente. Um grande abraço.

* – Sem revisão dos oradores.

O deputado Bruno Engler – Boa tarde, presidente, deputados presentes no Plenário, trabalhadores da Assembleia Legislativa e todos aqueles que me acompanham, seja nas galerias, seja na TV Assembleia.

Sr. Presidente, eu confesso que gostaria de entender o que se passa na cabeça de um esquerdista, mas eu não consigo; realmente é muito difícil compreender o mundo da lua em que eles vivem. Vêm aqui, bradam chavões, frases feitas, para atacar o governo Bolsonaro, para dizer como o governo é mau, como o governo ataca as pessoas, sem nenhum embasamento nos fatos, sem nenhum senso de realidade. Vêm aqui falar da reforma da Previdência, dizer que estão aqui para defender os mais pobres, que essa reforma é dos banqueiros e que este é o governo dos banqueiros, mas banqueiro nunca ganhou tanto dinheiro no Brasil como nos governos Lula e Dilma. Como este é o governo dos banqueiros se a taxa de juros básica está em 6%? Isso era algo inimaginável anos atrás. Banqueiro ganha dinheiro em cima de juros. Como este é um governo malvado, o governo dos banqueiros?

Falam da reforma da Previdência, que a gente quer acabar com o sistema solidário. “Solidário” é uma palavra muito bonita. O sistema é solidário porque a população trabalhadora ativa paga pela inativa, quer dizer, os trabalhadores de hoje pagam pelos trabalhadores de ontem. Só que este é um modelo feito há muito tempo, quando a expectativa de vida era muito menor e as pessoas tinham muito mais filhos. Peço a quem nos acompanha que faça um esforço e pense: quantos irmãos tiveram seus avós? Quantos irmãos têm seus pais? E quantos irmãos vocês têm hoje? Na minha família, consigo fazer isso. Meu avô tinha muitos irmãos. Minha avó teve seis filhos; minha mãe, dois. Lá em casa, agora, é um para um: dois pais e dois filhos. Existe gente que tem um filho só, e há quem nem filhos tem.

Então, o modelo precisa ser repensado, não se sustenta mais. Até o pessoal da esquerda, da oposição, subiu aqui para dizer que, se não fosse o déficit da Previdência, o Pimentel teria encerrado o ano de 2018 com superávit, porque eles sabem o peso que a Previdência tem no orçamento dos estados e no da União. A reforma da Previdência está justamente buscando uma solução para este cenário porque, se não mexerem, se quiserem dizer: “Ah, não vamos mudar nada porque a gente é muito bonzinho, a gente é maravilhoso”, o País vai quebrar. Nós estamos buscando solução para o País. Fala-se tanto dos desempregados, mas a reforma da Previdência aliada à reforma tributária que virá depois, para diminuir o custo Brasil, será uma maneira de gerar empregos. Os empregos já estão sendo gerados mesmo sem a reforma e mesmo com a oposição do quanto pior melhor, porque o Brasil já gerou, em menos de oito meses do governo Bolsonaro, mais de 408 mil postos de trabalho, o melhor resultado em cinco anos.

Aí, a gente tem que ouvir falar aqui em compra de votos. Eu me pergunto: será que nós estamos falando do mensalão? O mensalão, sim, foi compra de votos; o governo Lula pagava propina para deputado votar com ele; era dinheiro que ia para o bolso dos deputados federais e senadores para garantir a maioria no Congresso e a aprovação de seus projetos.

Isso já está comprovado e condenado na Justiça, como o próprio Lula também é condenado na Justiça. Agora você pagar emenda que está prevista no orçamento agora é compra de voto. O pessoal do mensalão vai olhar para mim e dizer que o presidente Bolsonaro não pode mais executar emenda, não pode mais dar o dinheiro da saúde.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Deputado Bruno Engler, fico muito feliz quando vejo V. Exa. aí no palanque fazer a defesa daquilo que nós acreditamos, em especial, do maior presidente que este país já teve, e a história vai registrar isso, o qual se chama Jair Bolsonaro.

Só para fazer, dentre outras observações, um adendo, extraído agora do *site*. Os pagamentos de emendas, as emendas são impositivas, e todos sabem disso. Com base na acusação da esquerda, usou-se a emenda para ter voto, não é? Está aqui. Reginaldo Lopes, R\$5.700.000,00. Este deputado é de qual partido?

O deputado Bruno Engler – Reginaldo Lopes é do PT.

O deputado Coronel Sandro* – É do PT. Então os pagamentos de emendas são para todos os deputados, gente, independentemente. Estão aqui outros deputados de oposição como o Caio Narcio, com R\$5.500.000,00; Adelmo Carneiro, com R\$5.700.000,00, e por aí afora. O que queremos dizer é que, quando a emenda é impositiva, o governo tem que pagar porque ela é

destinada a alguma melhoria em alguma região do País e em algum estado. Então não há ilegalidade, não há nada de equivocado nisso.

Agora, na verdade, é porque aqueles que são contra o Brasil, e cito partidos, no Congresso Nacional, votaram contra a Constituição dita Constituição Cidadã e votaram contra o Plano Real, contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, e agora estão votando contra a Reforma da Previdência. Só para citar quatro importantes institutos jurídicos que fizeram – e, no caso da Reforma da Previdência, vai fazer – uma grande mudança no Brasil, em que eles votaram contra. Na verdade, eles não fazem uma oposição que busca a melhoria para o País e, sim, uma oposição ideológica. Isso porque quem teve a coragem de apresentar uma proposta de reforma previdenciária, que traz sacrifício para todo o Brasil – e, no futuro, os nossos descendentes vão nos elogiar e deixar isso registrado na história –, fomos nós hoje e também os congressistas que estão lá, votaram a favor e ajudaram a construir um Brasil melhor.

Então os resultados do governo Bolsonaro estão aí para serem vistos. Agora a extrema imprensa prefere dar atenção ao fato de que o presidente chama o nordestino de paraíba, ou ao fato de ele falar que a Miriam Leitão ficou numa cela com uma cobra e coitada da cobra! Ou ao fato de que ele também diz que o terrorista que participou do atentado no Aeroporto de Guararapes, em 1966, e que matou inúmeras pessoas, é um terrorista assassino chamado Fernando Santa Cruz. A imprensa quer fazer disso uma celeuma. Sobre outras questões menores, só tenho a dizer, deputado Bruno Engler, que, enquanto os cães ladram, cães vermelhos, diga-se de passagem, a caravana do sucesso do Brasil do futuro passa e passa com muita autoridade.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, Coronel Sandro.

A outra questão que gostaria de abordar aqui e que foi citada nesta tribuna é o suposto nepotismo porque o Bolsonaro quer indicar o filho dele: “Olhem que absurdo!”. Quer indicar o filho para embaixador nos Estados Unidos. “Ah, é porque fritou hambúrguer”. Eles, que defendem os pobres, fazem questão de denegrir a profissão de chapeiro, quer dizer, fritar hambúrguer não é ser digno. É como se fosse um demérito ele ter fritado hambúrguer. O Eduardo Bolsonaro vai ser indicado embaixador pelo excelente relacionamento que tem com o Donald Trump e com a Casa Branca. Você pode pegar a lista dos últimos embaixadores do Brasil e vai ver que eles não eram recebidos nem pelos secretários de estado, nem pelos ministros, pelos *secretaries of states*, que seriam os ministros das Relações Exteriores. O Eduardo Bolsonaro já foi recebido até pelo presidente. “Ah, mas é uma boa ideia mandar o Eduardo Bolsonaro como embaixador?” Fico com a resposta do Trump que, quando foi perguntado por uma repórter brasileira sobre o que ele achava de o Bolsonaro indicar o filho para a embaixada nos Estados Unidos, ele disse: “Eu acho fantástico. Eu conheço o Bolsonaro, gosto muito dele, e o filho dele é uma pessoa muito qualificada. Eu acho fantástico”.

O presidente dos Estados Unidos acha fantástico ter o Eduardo Bolsonaro como embaixador, mas o pessoal aqui quer bater, quer criticar, quer dizer que ele não tem competência. Olha, quer competência maior do que você conseguir construir relações com o maior líder político do planeta? É isso que um embaixador tem de fazer pelo Brasil: construir relações com a cúpula do poder estadunidense, com a cúpula do poder americano. É o representante do Brasil nos Estados Unidos e aquele que vai construir pontes com a Casa Branca. Inclusive mudamos o nosso viés de relação com a Casa Branca. Temos de ouvir que o Brasil é subserviente aos Estados Unidos, que só atendemos ao desejo deles. Quer dizer, buscar parceria, buscar convergência de interesses comerciais com a maior potência do mundo é subserviência. Agora, você financiar, dar dinheiro para ditaduras, que a gente não cobra... Quero saber que dia vai chegar o dinheiro dos empréstimos do BNDES que foram feitos a juros abaixo do mercado, que foram feitos abaixo de empréstimos para o próprio Brasil, que é a coisa mais absurda do planeta. O empréstimo para o metrô de Caracas teve juros mais baixos do que o empréstimo para o metrô de São Paulo, que vai beneficiar os brasileiros. Mas quero saber que dia, mesmo com esses juros baixos, o empréstimo vai ser pago. Aí, isso aí não é subserviência, não! Você financiar ditaduras de esquerda é parceria, é camaradagem, está ajudando um mundo melhor. Sinceramente, é o cúmulo da hipocrisia.

Gostaria de ressaltar, nas relações exteriores, o brilhante papel que o Brasil tomou se reestabelecendo como liderança do nosso continente. O Brasil abriu mão do seu complexo de vira-lata e assumiu o papel de protagonista que lhe pertence, porque o Brasil é a maior potência da América do Sul. Assumiu a liderança do Mercosul e conseguiu selar um acordo que se construía há 20 anos da União Europeia com o Mercosul, que vai abrir as portas do mercado europeu para os produtos brasileiros, que vai ajudar não só o Brasil, mas também o nosso Estado de Minas Gerais, que é um estado produtor. O Ministério das Relações Exteriores constrói relações sólidas com as grandes potências democráticas do mundo, se aproximou de Israel, se aproximou dos Estados Unidos.

Então, quero aqui, de maneira formal, parabenizar o ministro Ernesto Araújo pelo excelente trabalho que tem feito à frente do Itamaraty. Quero também ressaltar uma questão. Foi dito que o Bolsonaro fez uma ameaça: caso o Senado não aprove o Eduardo Bolsonaro, ele o coloca de ministro das Relações Exteriores. Mentira, até porque não vai tirar o Ernesto Araújo, que é um excelente embaixador. Bolsonaro apenas pontuou que, para embaixador, ele precisa da aprovação do Senado. Agora, se ele quiser colocar o filho como ministro das Relações Exteriores, que comanda todas as embaixadas e todos os consulados do Brasil, ele não precisa do aval do Senado. Foi só isso que ele demonstrou. Ele não está ameaçando nada, até porque ninguém vai tirar o Ernesto da cadeira, pois é o melhor ministro das Relações Exteriores que tivemos nas últimas décadas.

Enfim, há algumas outras coisas que gostaria de ressaltar no final do meu tempo. Já falei ontem, mas faço questão de repetir: o desemprego está em queda; a taxa criminal caiu 20% neste ano; houve aumento de 14,7% no turismo de negócios. Os senhores se lembram de quando o Bolsonaro anunciou que abriria mão do visto para certos países? “Ah, isso é demagogia, está fazendo o Brasil de vira-lata, não sei o quê, não sei o quê lá.” O resultado já chegou em menos de um ano. Tivemos o aumento de quase 15% no turismo de negócios. Temos o maior programa ferroviário dos últimos 100 anos. Temos um Ministério da Infraestrutura que não para de trabalhar. O ministro Tarcísio está de parabéns, asfaltando diversas estradas Brasil afora.

Então, eu até gostaria de entender o que leva essas pessoas a virem aqui dizer que o Brasil está afundando, que estamos caindo. Vivem, sinceramente, no mundo da lua. Aliás, no mundo da lua, não; vivem em Marte, que é o planeta vermelho, porque aqui na Terra o Brasil vai muito bem, obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, nobres colegas, ontem estive aqui, na tribuna, para poder falar da visita que fizemos a Brasília para acompanhar a audiência, o chamado encontro de contas da Lei Kandir, e falei um pouco também do cenário nacional, porque muitos afirmam por aí que o Partido dos Trabalhadores, durante os 13 anos em que governou, quebrou o Brasil, e eu trouxe aqui várias informações que dizem exatamente o contrário. Mostrei os dados econômicos e sociais do crescimento econômico que tivemos, o aumento real do salário-mínimo, o recorde na geração de emprego. Falei aqui que nos tornamos a 6ª maior economia do mundo. Sem falar do quanto o País foi respeitado no mundo, lá fora, com o ex-presidente Lula.

Imagine, deputada Beatriz, o presidente americano Barack Obama, em um desses encontros de chefes de Estado disse para o Lula: “Esse é o cara. É o maior líder deste planeta”. Isso é ser respeitado lá fora, o resto fica tomando puxão de orelha de chanceler alemão, não quer se encontrar com o ministro da França porque se reuniu com ONGs aqui. Isso é coisa de gente excluída do circo e de pirracentos.

O governo Bolsonaro é um governo extremamente pirracentos. Eu dizia que o governo Bolsonaro é tão pirracentos, mas tão pirracentos, que ele quer pôr o menino dele como embaixador nos Estados Unidos, porque diz que é amigo dos filhos do Trump. Então, deixou de ser política de Estado e virou política de compadre, porque ele é amigo dos filhos do meu compadre. Fico pensando se trocar o presidente dos Estados Unidos, porque vamos ter eleições nos Estados Unidos. Se não for mais um presidente republicano, se ganhar um presidente democrata, tem que repatriar o “garoto” – como ele gosta de dizer – rapidamente, porque ele não é mais amigo dos filhos. Mas é preciso debater Estado, não dá para ficar discutindo os pormenores da política brasileira. “O meu menino fritou

hambúrguer, morou nos Estados Unidos”. Disse que não fritou hambúrguer não, porque onde ele trabalhou, ele disse que não se fritava hambúrguer. Não sei nem se o termo correto seria “fritar”, porque é na chapa.

Então, primeira coisa, não pode ser a biografia, o mérito, para alguém representar o Brasil no exterior, numa diplomacia, numa função extremamente importante em que nós temos a disputa objetiva, inclusive comercial com esses países, alguém que é compadre, subserviente. A síndrome, o complexo de vira-lata, deputado Marquinho, se dá quando o presidente brasileiro tem que bater continência para a bandeira americana. Se dá quando você acha que você tem que fazer tudo que o presidente americano quer, sem medir as consequências, as condições disso. Eu quero saber das contrapartidas prometidas ao presidente Trump, nas concessões que o Brasil fez lá atrás quando eles se reuniram.

Então, o Brasil precisa voltar a ter altivez para ser respeitado. Da maneira que nós estamos, este país não é levado a sério. Quando a gente faz a leitura dos principais jornais estrangeiros sobre o desempenho do País na política internacional e sobre como o mundo nos vê, nas medidas que são adotadas por este governo, é uma vergonha, é dramático, é dramático. Estou falando da imprensa internacional séria, não estou falando do Sílvio Santos, não estou falando do Ratinho, não estou falando da Rede Record, que recebe uma grana expressiva, significativa, do governo, estou falando dos jornais que têm alguma independência e seriedade no mundo. Lá, você consegue ler sobre como nós estamos sendo vistos. Isso é importante a gente colocar aqui para os colegas saberem.

Então é uma bobagem falar o seguinte: “Os bancos ganharam muito dinheiro na época do governo do PT”. Na verdade, todo mundo ganhou, não foram só os bancos. Mas, até agora, no governo Bolsonaro, somente os bancos ganharam. Somente o Banco Itaú aumentou em 20% o seu lucro, considerando o período. O brasileiro continua desempregado, são 13 milhões de desempregados. No nosso governo, o banco ganhava, mas nós tínhamos taxa de desemprego de 4%. Os bancos ganhavam, mas o aumento real no salário mínimo compensava as perdas da inflação e recompunha o que estava na taxa selic. Os bancos ganharam, mas o trabalhador rural conheceu o Pronaf, conheceu o Luz para Todos, conheceu a regularização fundiária, o Programa Nacional de Habitação Rural. Os pobres entenderam o que era o direito a fazer três refeições. O bolsa-família pode ter tudo quanto é tipo de crítica e problema, mas garantiu que 30 milhões deixassem a miséria. Os bancos ganharam, mas os pobres ganharam, a classe média também ganhou no nosso país. Por enquanto, só os ricos.

A deputada Beatriz Cerqueira (em aparte) – Sabe o que tenho identificado, deputado Cristiano Silveira, é que existe mais ou menos uma tática de criação do inimigo do interno. Sabe, presidente?

Nós deveríamos estar aqui, neste Plenário, neste tapete vermelho, discutindo geração de emprego – são 13 milhões de pessoas desempregadas; nós deveríamos estar discutindo o fortalecimento do Sistema Único de Saúde; nós deveríamos estar discutindo o que nós vamos fazer com essa população que fez da rua a sua moradia pela exclusão social. Nós deveríamos estar discutindo o preço do gás de cozinha e o que a Petrobras tem a ver com isso, a política que ela deve ou não adotar; nós deveríamos estar discutindo como baixar o preço da gasolina, porque essas são as questões da vida concreta das pessoas. Nós deveríamos estar discutindo por que o Brasil dedica 40% do seu orçamento para o pagamento dos juros e da dívida. E nós estamos discutindo uma reforma da Previdência, ou melhor, eles estão votando, em Brasília, uma reforma da Previdência que vai beneficiar o sistema financeiro e vai tirar do pobre. Nós deveríamos discutir as coisas concretas da vida do povo: essa é a nossa tarefa como pessoas públicas. Mas aí eles colocam o hambúrguer, e na verdade, o moço lá não fritava nem hambúrguer; eles vão criando situações que não correspondem à vida concreta das pessoas para tirar o foco do que é real. Qual é a política do governo Bolsonaro e do governo Zema em relação à geração de emprego? Vai ser a carteira verde e amarela, que é abrir mão de direitos elementares em troca de uma semiescravidão? Qual vai ser o futuro da nossa universidade? É a privatização e, portanto, a exclusão das camadas populares? É a filha da empregada, cujo futuro voltará a ser continuar a ser empregada doméstica, porque ela não terá condições de fazer uma universidade? É o fim dos institutos federais, como está sendo proposto na política do governo federal? E o governo Zema nada fala.

Observam? Nós tivemos um problema real sobre a educação integral. O que o governo Zema conversou com o governo Bolsonaro? Vamos melhorar, vamos investir, vamos atuar em conjunto para o fortalecimento da educação pública.

Então, mesmo essa tática de permanentemente voltar a debater sobre o PT demonstra uma ausência de projeto para o povo. Nós temos um presidente que, ao dizer que o Brasil não tem fome, como presidente, não conhece a realidade do país que governa. Um presidente que diz que sabe o que foi e como foi assassinado aquele que foi assassinado durante a Ditadura Militar é um presidente que faz apologia à tortura. E, pasme, agora, deputado Cristiano Silveira: vi a notícia de um ministro do governo Bolsonaro que disse que os homens agredem as mulheres porque se sentem inseguros. O problema do feminicídio, o problema das nossas mortes, o problema das nossas agressões diz respeito à insegurança dos homens! Está tratando crime como se fosse algo relacionado à insegurança pessoal.

Então, a gente precisa fazer o que você está fazendo nesta tribuna: trazer a vida concreta do povo, que quer discutir como melhorar a sua vida, como não passar fome. É para isso que tem que servir a política. O restante serve a projetos que não correspondem à necessidade do nosso país. Parabéns pelo seu trabalho.

O deputado Cristiano Silveira* – Obrigado, deputada Beatriz, sua fala foi brilhante. Você conseguiu, de maneira muito breve, sintetizar o que é um governo sem empatia, sem sensibilidade social; um governo extremamente perdido em suas ações; um governo que não tem uma agenda para o Brasil. A agenda do governo é fazer enfrentamento da cultura, enfrentamento da educação, enfrentamento do movimento social e continuar alimentando a sua base, que é desprovida de outras exigências – não sei porquê – que lhe cobrem realmente um projeto para o Brasil e continuar alimentando a sua base com o antipetismo, o marxismo cultural, a mamadeira erótica, o *kit gay*. Essas coisas continuam povoando o imaginário do eleitor do Bolsonaro.

Você diz a eles o seguinte: “Mas iria acabar a mamata”. Helicóptero para casamento, vai nomear o menino para embaixador, promoveu o filho do vice-presidente, gastou uma fortuna em cartão corporativo. “Ah, mas o PT...” Nós estamos com 13 milhões de desempregados, 28 milhões de subempregados. “Ah, mas o PT...” O País vive uma escalada de violência e de criminalidade, e não há um projeto para a segurança pública, como o próprio Bolsonaro admitiu, porque falou que iria liberar a posse e o porte de arma para cumprir promessa de campanha, mas que não tinha realmente uma agenda e um projeto de segurança. “Ah, mas o PT...” Vai passar mais quatro anos falando “ah, mas o PT...” ou vai governar? Ou vai governar? Foram eleitos para fazer o que prometeram: acabar com a mamata, enfrentar a corrupção, enfrentar a violência e a criminalidade – não é isso? –, fazer o País voltar a gerar emprego. Não foi isso? Que horas isso vai começar?

Agora o amigo ou a amiga que está me ouvindo e que é eleitor simpático ao governo Bolsonaro não pode se contentar somente com a retórica: “Mas e o PT? Pelo menos tiramos o PT. Está ruim, está pior, mas pelo menos tiramos o PT. A vida piorou, mas pelo menos tiramos o PT. Os caras fazem tanta bobagem quanto, mas nós tiramos o PT”. Esse não pode ser um projeto de governo. Eu não acredito nisso. Vai chegar um momento em que mesmo os eleitores mais apaixonados do presidente verão que embarcaram numa grande furada. Já começou. As pesquisas mostram, estamos vendo pessoas de expressão pública, inclusive do meio artístico, já falando do erro que foi ter apoiado este governo. E as pessoas têm pressa. O Brasil tem pressa.

Quando nós assumimos o Brasil, deputada Beatriz, no primeiro mandato do presidente Lula, pegamos o risco Brasil altíssimo, o dólar a quase R\$4,00, uma taxa de juros de dois mil e tantos pontos, um desastre. Nós não passamos o governo todo: “E o FHC? E o PSDB?”. Rapidamente nós demos um jeito, rapidamente nós começamos a organizar a casa, rapidamente nós apresentamos um projeto para este país. Por isso, o presidente Lula foi eleito, foi reeleito, a presidente Dilma foi eleita e reeleita. É algo extraordinário na história política do Brasil. Tirando a época de Getúlio, nenhum outro partido, especialmente dentro do processo democrático, conseguiu esse feito. Não é porque o PT foi mal. Se tivesse ido mal, já tinham tirado a gente no primeiro mandato. É porque nós fomos bem. O presidente Lula, Marquinho, terminou o seu segundo mandato com 85% de aprovação. É extraordinário, registro histórico, o presidente mais bem avaliado da história do Brasil.

Então é preciso parar com esse negócio de fazer com que o povo acredite nas *fake news* a todo momento, nas mamadeiras eróticas. “Ah, é porque o PT emprestou dinheiro para os países de regime ditatorial”. O PT não empresta dinheiro. Quem emprestou o dinheiro foi o BNDES. O BNDES, para emprestar dinheiro, esse ato é aprovado no conselho. E, na verdade, se é empréstimo, ele tem que ser pago com juros e correções dentro da política estabelecida. Ninguém deu o dinheiro. Há um investimento.

Só para você ter ideia, deputado Jean, o Porto de Mariel, em Cuba, foi um pedido dos empresários brasileiros que exportavam e prestavam serviço naquele país. Eles foram ao governo federal dizer que era preciso e necessário que se fizesse o Porto de Mariel, ainda que como empréstimo ao governo cubano, por interesse do Brasil. Há uma curiosidade, deputado Jean. Olhe a balança comercial do Brasil com Cuba e do Brasil com a Venezuela. Nós somos superavitários na balança comercial com esses países. Tirando as paixões, eu posso não morrer de amores pelos Estados Unidos, mas quero ter relação comercial com os Estados Unidos e espero que ela seja superavitária. Não será se o pai do meu amigo falar: “Moço, você sabe como é. Você não está aqui para prestar serviço para o seu país. Continue batendo continência para a bandeira americana, que agora vocês vão fazer o que nós queremos”. Há subserviência. Mesmo quando o Brasil foi governado pelos militares, na época da ditadura, eu penso que, em que pese todos os excessos, atrocidades e violências cometidos por eles, eles tinham um pouco de nacionalismo; eram militares que tinham um componente nacionalista. Hoje, meus amigos, é um entreguismo completo. O entreguismo das nossas riquezas, o entreguismo da nossa soberania, a subserviência e a destruição da imagem que o Brasil custou a construir ao longo dos anos, dentro do cenário público, de um cenário geopolítico internacional.

Eu fico doido para parar de falar do governo Bolsonaro, mas não tem jeito. Toda semana há uma pérola, toda semana há uma medida que não deixa a gente ficar quieto. Uma hora é corte de medicamento dos mais pobres; outra hora é o presidente fazendo ataque – muito bem lembrado – ao presidente da OAB, à memória do seu pai, que foi torturado na época ditadura; outra hora... O governo agora anunciou, deputada Beatriz, você, que é da educação, o corte de mais de R\$300.000.000,00 dos livros do ensino básico. Foi anunciado agora, esta semana. Então é um negócio difícil. A hora em que o governo conseguir ter uma agenda de interesse do Brasil, que ataque os problemas fundamentais deste país, o desemprego, a violência, a agressão aos nossos recursos naturais, quando este governo apresentar alguma coisa nesse sentido, nós vamos parar de falar, mas, por enquanto, o único projeto do governo Bolsonaro é não sair do palanque e continuar atacando o PT. É claro que ele sabe que quem tem condição de fazer o Brasil voltar a crescer e voltar a ter esperança é o Partido dos Trabalhadores. Por isso esse partido continua povoando o imaginário do presidente Bolsonaro como seu principal adversário.

Presidente, para poder concluir e agradecer pelo espaço, quem não tem memória não consegue contar a história completa; conta a história de maneira parcial, como se tivesse nascido ontem, e o Brasil foi descoberto com o governo Bolsonaro, não foi! O PT, claro, não resolveu todos os problemas em 13 anos, mas a direita não resolveu os problemas do Brasil, nos últimos 300 anos em que governou.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/8/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 11/8/2019, Carlete de Almeida Oliveira, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

exonerando Eder Antonio Madeira Santos, padrão VL-49, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

exonerando Gilmar Dornelas de Souza, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

exonerando Iva Corrêa de Sá, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

nomeando Ludmila Diniz Estanislau, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

nomeando Marlene Ferreira Gonçalves, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando Maura Alves Pedrosa, padrão VL-32, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/8/2019, a servidora Terezinha de Fátima Camarota Moscardini Naves, CPF nº 361.079.726-68, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo – consultor, padrão VL-72, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 54/2019

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 136/2019

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 27/8/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de licenças de *softwares* diversos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 9 de agosto de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.